

O Programa do Leite, considerado como um programa assistencial em âmbito estadual e oferecido no município de São Carlos/SP inclui, além de crianças, adultos, idosos com tratamento medicamentoso e/ou deficiência nutricional. Um dos objetivos do programa é oferecer um complemento alimentar e de alto valor nutricional aos participantes pertencentes às famílias de baixa renda que vivem em situação de risco nutricional. Um programa social que se coloca como participativo deve se definir a partir de uma relação entre a população a ser atendida, com suas características sócio-culturais e demandas e, a equipe técnica e instituição promotora, com sua posição político-institucional. Assim, é necessária a compreensão da visão de mundo das famílias atendidas, suas experiências e contextos, respeitando as diferenças de seus valores em relação ao seguimento de uma concepção da política social representada pela equipe. Um dos critérios de inclusão que privilegia crianças menores de 2 anos é a desnutrição e/ou risco nutricional. No entanto, 77% das crianças inscritas no Programa apresentam risco social e, apenas 23% dos beneficiários apresentam déficit nutricional. Outra questão levantada pelo Grupo de Apoio ao Aleitamento Materno de São Carlos – GAAM é a existência de um programa municipal que fornece leite de vaca às crianças nas Unidades de Saúde contradizendo às ações desenvolvidas para estimulação de Aleitamento Materno exclusivo até os 6 meses e complementado até os 2 anos de vida. A procura das mães para que seus filhos sejam incluídos no Programa é grande, o que faz com que o índice de aleitamento materno diminua no município. Este trabalho apresenta promover a Assistência e evitar o assistencialismo, como afirma Aldaíza Sposati “o assistencialismo é o acesso a um bem através de uma doação supondo sempre uma relação de dependência de quem recebe esse bem. Já a Assistência se constitui como uma política de atenção e defesa de direitos para superar a exclusão social, buscando garantir o acesso aos direitos” e; Promover a ação afirmativa e a mudança cultural como consequência da Assistência através de subsídios, apoio, orientação e referência, o que se busca é que a população atendida possa se reconhecer como sujeito de direitos e participantes na construção do acesso e concretização desses direitos, sendo capaz de trocar e negociar, dentro de uma ética de negociação. Para se ver como elemento ativo em uma rede de relação social que lhe possibilita questionar a si próprio, às próprias demandas e demandas de outros e elaborar caminhos de mudança. Assim, a adoção de métodos flexíveis de escuta e intervenção junto às famílias (enfermagem e assistência social e acs) e a comunidade com base dialógica entre equipe e população em seu universo cultural; a expressão de críticas; traz novas propostas em nível local mediando a proposição da política social, a mediação de conflitos, a construção de consenso em torno de objetivos comuns, a abertura de novos horizontes e alternativas para a ação social.